

INSTRUMENTO DE CONTRATO **CONTRATO Nº 11/2026**

CONTRATANTE:

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – ARES-PCJ

CONTRATADA:

GLEDSON APARECIDO PAMPHILO

VALOR:

R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais)

PRAZO:

30 (trinta) dias

OBJETO:

Serviços alimentícios e fornecimento e preparação de bebidas para evento institucional da ARES-PCJ.

DIPLOMA LEGAL:

O presente contrato sujeitar-se-á às normas estabelecidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com suas devidas atualizações e, em especial, por seu Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, bem como à Resolução ARES-PCJ nº 531, de 12 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da referida Lei para as licitações e contratações públicas realizadas no âmbito da ARES-PCJ.

PROCESSO INTERNO:

Dispensa de Licitação nº 19/2026

GESTOR DO CONTRATO:

Paulo de Oliveira Matos Junior / Lucas Candido dos Santos (supl.)

FISCAL DO CONTRATO:

Débora Cristina Silveira dos Santos / Philippe Ibrahim Ahmed (supl.)

IUSTIFICATIVA: A ARES-PCJ, instituiu o Prêmio ARES-PCJ – “Práticas de Destaque em Saneamento”, com o objetivo de reconhecer, valorizar e divulgar iniciativas exitosas desenvolvidas por municípios consorciados e prestadores de serviços regulados no âmbito de sua atuação. A premiação tem como finalidade estimular a melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de saneamento, promovendo a troca de experiências e a disseminação de soluções inovadoras e eficientes adotadas pelos municípios e operadores do setor. O evento institucional integra, ainda, as ações comemorativas dos 15 (quinze) anos de fundação da ARES-PCJ, marco relevante para a consolidação da atuação da Agência na regulação regional do saneamento básico e no fortalecimento da cooperação intermunicipal voltada à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Diante do porte do evento e da estimativa de participação de aproximadamente 400 convidados, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentação e bebidas, garantindo atendimento adequado aos participantes, compatível com a relevância institucional da solenidade, bem como com os padrões de organização e recepção esperados para eventos dessa natureza.

INSTRUMENTO DE CONTRATO CONTRATO Nº 11/2026

Contratação de empresa para prestação de serviços alimentícios e fornecimento e preparação de bebidas para evento institucional da ARES-PCJ, que entre si celebram Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e Gledson Aparecido Plamphilo.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (ARES-PCJ)**, associação pública na forma de consórcio público de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, CEP. 13.478-580, representada por seu Presidente, **DARIO PACHECO DE MORAIS**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 600.060.568-49, portador do RG nº 3.743.006-3 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, **GLEDSON APARECIDO PAMPHILO ME – Empreendedor Individual**, inscrita no CNPJ/MF nº 36.554.217/0001-90, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Fonte da Saudade, nº 155, Bairro Jardim São Paulo, CEP 13.468-110, neste ato representada por seu Representante Legal, **GLEDSON APARECIDO PAMPHILO**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 192.087.578-62, residente e domiciliado na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si certa e ajustada a celebração do presente contrato, com as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços alimentícios e fornecimento e preparação de bebidas para evento institucional promovido pela **CONTRATANTE**, denominado **“Solenidade de Premiação ARES-PCJ – 15 Anos”**, nos termos da tabela seguinte.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
1	Prestação de serviço completo de alimentação e bebidas para evento institucional, compreendendo coquetel de recepção, finger foods, jantar, sobremesas, bebidas não alcoólicas e serviço de bar com preparo de drinks sem álcool (mocktails), incluindo equipe de atendimento (maître, garçons, copeiros e bartenders), estrutura de bar, utensílios, louças, talheres, taças e todos os insumos necessários à execução do serviço	Serviço Unitário por pessoa	400	91.000,00

1.2. O objeto contratual compreende o preparo, fornecimento, acondicionamento e operacionalização de alimentos, sobremesas e bebidas não alcoólicas.

1.3. Compete à **CONTRATADA** realizar transporte, montagem e desmontagem da estrutura necessária à prestação dos serviços e fornecimentos contratados; disponibilizar equipe de atendimento suficiente (maître, garçons, copeiros e *bartenders*); fornecer utensílios de qualidade, louças, talheres, taças e materiais de apoio; e cumprir rigorosamente as normas sanitárias e de segurança alimentar.

1.4. Na prestação dos serviços e fornecimentos objeto deste contrato, a **CONTRATADA** observará os seguintes referenciais mínimos:

I) Cardápio Referencial de Alimentos e Bebidas

O serviço deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens, podendo o cardápio definitivo ser ajustado mediante aprovação prévia da **CONTRATANTE**, desde que mantido padrão gastronômico compatível com O evento institucional.

I.I) Bebidas (serviço contínuo):

- a) Refrigerantes Normal e Zero (padrão equivalente Coca-Cola e Guaraná Antarctica);
- b) Água mineral com e sem gás; e
- c) Ilha de sucos naturais (laranja e capim-santo com limão siciliano).

I.II) Coquetel Volante de Recepção:

- a) Cone crocante de milho;
- b) Cannoli de palmito;
- c) Phyllo de queijo meia cura com tomatinho;
- d) Croquete de costela com mostarda Dijon;
- e) Trouxinha apimentada;
- f) Minilanche de frango com alho-poró;
- g) Minilanche australiano;
- h) Mini escondidinho de carne seca;
- i) Bobó de camarão; e
- j) Polentinha cremosa com cogumelos.

I.III) Jantar:

- a) Salada de folhas nobres com pera e manga;
- b) Risoto caprese;
- c) Escalope de filé mignon ao molho demi-glace com parmesão;
- d) Filé de frango ao molho quatro queijos; e
- e) Manicarete de quatro queijos ao tomate fresco.

I.IV) Mesa de Sobremesas e Finalização:

- a) Mini verrines de maracujá e chocolate;
- b) Mini churros com doce de leite;
- c) Brigadeiro gourmet; e
- d) Cheesecake de frutas vermelhas;

I.V) Finalização:

- a) Serviço de café gourmet.

II) Cardápio Referencial de Drinks sem Álcool

O serviço de bar deverá contar com estrutura própria de balcão rústico-moderno e *bartenders* profissionais uniformizados especializados com preparo de *mocktails* sem álcool, podendo o cardápio ser ajustado com prévia anuência da **CONTRATANTE**, contendo, dentre outros:

- a) Moscow Mule;
- b) Soda Italiana de Frutas Vermelhas;
- c) Mojito;
- d) Pina Colada;
- e) Caipirinha Brasileira (maracujá e pitaya); e
- f) Crazy Pink.

1.5. Na preparação e apresentação dos *drinks* sem álcool deverão ser utilizados copos ou taças de vidro, gelo especial filtrado, frutas frescas, insumos de qualidade e canudos biodegradáveis.

1.6. A **CONTRATADA** será responsável por garantir o número adequado de alimentos e bebidas para atender adequadamente à demanda do evento mencionado na subcláusula 1.1, durante todo o período de sua realização, dimensionado para atender adequadamente o público estimado de **400 (quatrocentos) participantes**, pelo período aproximado de **05 (cinco) horas**.

1.7. A prestação dos serviços e os fornecimentos objeto deste contrato ocorrerão nas dependências da “**Villa Americana**”, situada na Avenida Bandeirantes, 2345, Centro, Americana – SP, local onde será realizado o evento institucional mencionado na subcláusula 1.1.

1.7.1. A data fixada para a realização do evento institucional e prestação dos serviços contratados é **06 de maio de 2026**, com início a partir das **19h00min (dezenove horas)** e previsão de duração de 06 (seis) horas.

1.7.2. A **CONTRATADA** deve realizar a montagem completa da estrutura necessária à prestação dos serviços e fornecimentos com antecedência suficiente para que todos os postos estejam plenamente operacionais até **18h30min (dezoito horas e trinta minutos)** do dia do evento.

1.8. A **CONTRATADA** deverá manter toda a sua equipe devidamente uniformizada e identificada, durante todo o período de prestação dos serviços e fornecimentos, zelando pela cordialidade e pelo padrão de atendimento compatível com a magnitude e respeitabilidade do evento institucional promovido pela **CONTRATANTE**.

1.9. A **CONTRATADA** deverá observar e incorporar práticas sustentáveis que minimizem impactos ambientais e promovam o uso racional dos recursos.

1.10. O preparo e a manipulação dos alimentos deverão ocorrer preferencialmente nas dependências da cozinha de apoio do local do evento, observando-se rigorosamente as normas sanitárias vigentes.

1.10.1. A finalização dos pratos quentes deverá ocorrer, preferencialmente, na cozinha de apoio do local do evento, de forma a preservar a qualidade sensorial, a segurança alimentar e o frescor dos alimentos servidos aos convidados.

1.10.2. Os alimentos, bebidas e insumos utilizados na execução do objeto deverão ser acondicionados, transportados e armazenados em recipientes térmicos apropriados, garantindo a manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e segurança alimentar, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

1.10.3. A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, realizar vistoria técnica nas instalações utilizadas pela **CONTRATADA** destinadas ao preparo e armazenamento dos alimentos, com a finalidade de verificar o atendimento às normas sanitárias vigentes.

1.10.4. A fiscalização pela **CONTRATANTE** não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pelo cumprimento das normas da Vigilância Sanitária, incluindo boas práticas de manipulação, higiene dos manipuladores, rastreabilidade dos insumos e controle de temperatura dos alimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

2.1. Para efeito de modelo de gestão e controle da execução contratual, este contrato será acompanhado por 01 (um) gestor e 01 (um) fiscal, atendendo ao disposto no art. 83, I, da Resolução ARES-PCJ nº 531/2023.

2.1.1. Compete ao gestor do contrato, dentre outras atribuições previstas no art. 15 da Resolução ARES-PCJ nº 531/2023:

I - manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual;

II - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;

IV - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato.

2.1.2. Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições previstas no art. 16 da Resolução ARES-PCJ nº 531/2023:

I - registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos observados;

II - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

III - verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes;

IV - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, com a conferência das notas fiscais e documentações exigidas para o pagamento, encaminhando ao gestor de contrato para ratificação.

2.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega do objeto na data do evento, após a verificação da qualidade e quantidade, para efeito verificação de sua conformidade com as especificações constantes na autorização de fornecimento, neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta comercial.

2.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após verificação da conformidade do objeto e consequente aceitação da **CONTRATANTE** com ateste do fiscal do contrato.

2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, mesmo antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento contratual, no Termo de Referência ou na proposta comercial, devendo a **CONTRATADA** refazê-los no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, sem prejuízo de outras penalidades.

2.5. A fiscalização não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei federal nº 14.133/2021.

2.6. O objeto poderá ser contestado, no todo ou em parte, mesmo antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta comercial e neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato será de **R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais)**, e a liquidação será efetuada em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data do ateste definitivo pela **CONTRATANTE** dos itens solicitados e dos serviços prestados.

3.1.1. Mediante solicitação da **CONTRATADA** e emissão de documento fiscal correspondente, haverá pagamento antecipado parcial, a título de sinal contratual, correspondente a, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor total contratado.

3.1.2. No caso de utilização da faculdade mencionada na subcláusula 3.1.1, o saldo remanescente será pago após a execução integral do objeto e o ateste definitivo pelo fiscal do contrato.

3.2. Em caso de enquadramento, a **CONTRATADA** deverá destacar no documento fiscal o valor de Imposto sobre a Renda a ser retido na fonte, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, onde os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção de IRRF sobre os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme Tabela do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012; caso a **CONTRATADA** usufrua de benefícios como isenção, não incidência ou alíquota zero, deverá informar e comprovar seu enquadramento legal no documento fiscal.

3.3. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da **CONTRATANTE**, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE, “pro rata die”, devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

3.4. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 125 da Lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados da assinatura da Ordem de Serviço, podendo sofrer prorrogações, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Será utilizado o índice IPCA/IBGE “pro rata die”, ou qualquer outro que o substitua, como índice oficial, em caso de prorrogação do prazo do contrato, quando do momento de eventual reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos dos arts. 25, § 7º, e 92, § 3º da Lei federal nº 14.133/2021.

4.2.1. Para fins de eventual prorrogação, a **CONTRATADA** deverá manter todas as condições de habilitação, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 91, da Lei federal nº 14.133/2021, sob pena do contrato não poder ser prorrogado.

4.3. Findo o prazo de vigência do contrato, haverá a presunção de que a **CONTRATADA** adimpliu com suas obrigações contratuais, todavia, permanece resguardado o direito da **CONTRATANTE** de adotar as medidas cabíveis caso verifique que a **CONTRATADA** não tenha adimplido com todas suas obrigações ao fim do contrato, no prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 O serviço contratado foi especificado por meio de especificações usuais de mercado de forma que a execução ocorrerá nos termos do art. 6º, inciso XIII, c.c. inc. II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PARA CORRER AS DESPESAS

6.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da rubrica *Custeio Administrativo nº 010101.0412510012.001 – Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*, da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, observada a ordem cronológica dos pagamentos proposta pela Resolução ARES-PCJ nº 531/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

7.1. Para fins do disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei federal nº 14.133/2021, para a execução deste contrato, a **CONTRATANTE** não exigirá da **CONTRATADA** nenhuma garantia que assegure a plena execução do disposto neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RISCOS E RESPONSABILIDADES

8.1.a Incumbe à CONTRATADA:

- a) executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações expostas na Cláusula Primeira deste instrumento, e em perfeitas condições ao fim a que se destinam, de forma adequada, meticulosa e constante, mantendo a qualidade dentro dos padrões estabelecidos;
- b) atender, em até 48 (quarenta e oito) horas, às solicitações da fiscalização da CONTRATANTE;
- c) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando, sempre que preciso, esclarecimentos sobre os serviços prestados, e fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização;
- d) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, sendo que a fiscalização pela CONTRATANTE, exercida por força deste contrato, não exime a responsabilidade da CONTRATADA;
- e) guardar absoluto sigilo acerca de todas as informações relativas ao objeto deste contrato recebidas da CONTRATANTE;
- f) prestar à CONTRATANTE, sempre que preciso, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, e fornecendo toda e qualquer orientação necessária ao bom desenvolvimento das atividades;
- g) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;
- h) incumbir-se do pagamento do salário dos profissionais e todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam, e mesmo que não expressas na presente contratação;
- i) manter a execução do contrato mesmo em caso de inadimplência por parte da CONTRATANTE, desde que não seja superior a 02 (dois) meses;
- j) não manter em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- k) não subcontratar a prestação dos serviços objeto deste contrato;
- l) observar, em especial, o disposto no Capítulo II da Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) sempre que a execução do objeto contratual envolver tratamento de dados pessoais, devendo adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas cabíveis para garantir a proteção desses dados e resguardo de seu titular;

- m) cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;
- n) comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação, os motivos que impossibilitaram a entrega do produto ou a execução dos serviços; e
- o) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.1. Incumbe à CONTRATANTE:

- a) efetuar pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados de acordo com o prazo estabelecido no contrato;
- b) emitir Ordem de Serviço à CONTRATADA para a execução do objeto deste contrato;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- d) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e/ou endereço de cobrança e responsável legal; e
- e) responder a todas solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

8.2. Conforme preceitua o *caput* do art. 115 da Lei federal nº 14.133/2021, cada uma das partes responderá pelas consequências da respectiva inexecução total ou parcial do contrato.

8.3. A ocorrência de eventos supervenientes à assinatura deste contrato, como força maior ou caso fortuito, capazes de afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial, poderá ensejar a prolação de termo aditivo de comum acordo entre as partes, na forma do art. 124, II, “d”, da Lei federal nº 14.133/2021.

8.4. A CONTRATADA poderá exercer a faculdade do art. 131, parágrafo único, da Lei federal nº 14.133/2021 durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sendo a solicitação de reequilíbrio apreciada pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias.

8.5. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias poderão ser alteradas apenas em comum acordo, em termo aditivo próprio, consoante §1º, art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Por caracterizarem superfaturamento, ficam vedadas alterações de cláusulas financeiras que acarretem recebimentos contratuais antecipados, distorções do cronograma físico-financeiro, prorrogações injustificadas do prazo contratual com custos adicionais para a CONTRATANTE ou reajustes irregulares de preços.

8.7. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais

não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, e não poderá onerar o objeto do contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

9.1. A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pela prática de quaisquer das infrações descritas no art. 155 da Lei federal nº 14.133/2021, aplicando-se lhe as sanções de:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. O percentual da multa poderá ser de 3% (três por cento) ou 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total da adjudicação ou contratação, nas hipóteses definidas no art. 109 da Resolução ARES-PCJ nº 531/2023.

9.2. O procedimento sancionatório observará o disposto na Resolução ARES-PCJ nº 531/2023 (Capítulo IV – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS).

9.2.1. A **CONTRATADA** será notificada da instauração do procedimento sancionatório para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, sendo-lhe facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.2.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.2.3. Serão aceitos documentos assinados digitalmente, atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas.

9.2.4. Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, conforme art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Não existindo disposição em contrário, os atos processuais devem ser praticados pela notificada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3. Dos atos decorrentes da aplicação das sanções administrativas caberá recurso e pedido de reconsideração, nos termos disciplinados nos arts. 165 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.4. As penalidades não serão aplicadas diante de força maior ou caso fortuito, acordo entre as partes ou razões de interesse público devidamente justificadas, bem como nas situações elencadas no art. 137, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a Contrato ARES-PCJ nº 11/2026 – Dispensa nº 19/2026

diferença será descontada da garantia eventualmente prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** por ocasião deste contrato, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, conforme art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, desocupação ou servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público devidamente justificadas;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz.

10.2. A **CONTRATADA** terá direito à extinção do contrato nas hipóteses do §2º, do art. 137, da Lei federal nº 14.133/2021.

10.3. A rescisão contratual pela **CONTRATANTE** será formalmente motivada nos autos do processo, cabendo à **CONTRATADA**, caso queira, apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação, restando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Este contrato poderá, por iniciativa das partes, e respeitada a legislação pertinente, sofrer modificações quanto a sua abrangência ou conteúdo, através da celebração de termos aditivos, os quais regularão, inclusive, os casos omissos.

11.2. Este contrato se vincula aos termos da Lei federal nº 14.133/2021; da Lei federal nº Contrato ARES-PCJ nº 11/2026 – Dispensa nº 19/2026

12.846/2013 (Anticorrupção), no tocante à celebração, a critério do Presidente, autoridade máxima da **CONTRATANTE**, de acordo de Leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos descritos na Lei, nos termos dos arts. 5º, IV, 16 e 17, bem como da Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

12.1. Conforme §4º, do art. 91, da Lei federal nº 14.133/2021, a formalização deste contrato importa na afirmativa, pela **CONTRATADA**, da inexistência de impedimento de qualquer natureza para o estabelecimento de relação jurídica com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Para fins de atendimento ao disposto nos arts. 92 e 94 da Lei federal nº 14.133/2021, este contrato e eventuais aditivos serão disponibilizados no sítio eletrônico da **CONTRATANTE** e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, na forma indicada no art. 110 da Resolução ARES-PCJ nº 531/2023, sem prejuízo da extinção unilateral do contrato e aplicação das sanções cabíveis pela **CONTRATANTE**.

13.3. As partes elegem, de comum acordo, o foro da cidade de Americana para dirimir dúvidas ou pendências oriundas deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um mesmo e único fim, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Americana, 17 de abril de 2026.

CONTRATANTE:

DARIO PACHECO DE MORAIS
Presidente da ARES-PCJ

CONTRATADA:

GLEDSON APARECIDO PAMPHILO
Gledson Aparecido Pamphilo ME

Testemunhas:

Carlos Roberto de Oliveira
RG nº 32.824.181-7

Dalto Favero Brochi
RG nº 11.671.976-X

De acordo com os termos do contrato:

JOÃO VICTOR DE FREITAS VELLOSA
OAB/SP 527.600
Procurador Jurídico da ARES-PCJ



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 654A-6DE9-4A99-2085

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA (CPF 213.XXX.XXX-60) em 20/04/2026 09:26:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DALTO FAVERO BROCHI (CPF 062.XXX.XXX-21) em 20/04/2026 09:29:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOÃO VICTOR DE FREITAS VELLOSA (CPF 483.XXX.XXX-42) em 22/04/2026 08:35:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GLEDSON APARECIDO (CPF 192.XXX.XXX-62) em 22/04/2026 09:44:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DARIO PACHECO DE MORAIS (CPF 600.XXX.XXX-49) em 22/04/2026 09:54:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://stip-arespcj.1doc.com.br/verificacao/654A-6DE9-4A99-2085>